

PERCEPÇÃO SOBRE TRABALHO POR APLICATIVO

Rodada 2

Relatório de análise

Job: 230269

19 de fevereiro de 2025

INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

OBJETO

Pesquisa contratada pelo ITS-Rio - Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio e realizada pelo Ipec – Inteligência em pesquisa e Consultoria, de abrangência nacional e aplicada por telefone. A pesquisa foi realizada em duas rodadas. Este relatório refere-se à segunda rodada da pesquisa, realizada entre outubro de 2024 e janeiro de 2025.

OBJETIVO

A pesquisa tem por objetivo levantar dados sobre a percepção da população brasileira a respeito de questões relativas ao trabalho realizado por aplicativos.

METODOLOGIA

Pesquisa: Quantitativa

Técnica de coleta de dados: entrevistas telefônicas em sistema CATI (Computer Assisted Telephone Interview) realizadas com apoio de um questionário eletrônico, em que as respostas são digitadas pelo entrevistador e encaminhadas diretamente a um banco de dados.

Abrangência geográfica: Nacional

Público-alvo: População brasileira com 18 anos ou mais.

Questionário: O questionário foi desenvolvido pelo ITS, em conjunto com o Ipec, tendo questões fechadas (com opções de respostas estimuladas) e uma questão aberta (com resposta espontânea, sem apresentação de alternativas de resposta).

Período de campo:

- **Rodada 1:** De 24 de novembro de 2023 a 18 de janeiro de 2024
- **Rodada 2:** De 28 de outubro de 2024 a 10 de janeiro de 2025.

Número de entrevistadores no projeto:

- **Rodada 1:** 136 entrevistadores
- **Rodada 2:** 82 entrevistadores

AMOSTRA

Universo: População brasileira com 18 anos ou mais.

Abrangência: Nacional

Desenho da amostra: A segunda rodada foi realizada a partir do desenho de uma amostra proporcional em relação à distribuição da população brasileira entre as regiões do país, considerando as regiões Norte e Centro Oeste em conjunto.

Seleção da amostra: Foram selecionados aleatoriamente números de telefones fixos e móveis para a realização das entrevistas, cuja quantidade e distribuição foram controladas por cotas populacionais, de forma a garantir a representatividade da população adulta brasileira de todas as regiões do país (com Norte e Centro-Oeste em conjunto), de diferentes níveis de escolaridade, sexo e faixas etárias. As cotas foram estabelecidas com base nos dados mais atualizados do IBGE.

Dimensionamento da amostra:

Rodada	Desenho da Amostra	Total de entrevistas	Leituras possíveis dos resultados	Margem de Erro para o total da amostra	Nível de confiança
Segunda rodada	Proporcional	2.000 entrevistas	Total Brasil, regiões do país e variáveis demográficas.	2 p.p.	95%

Procedimentos e fatores de ponderação: Por conta da dificuldade de se atingir algumas cotas populacionais em campo, a amostra realizada apresentou quantidades diferentes das esperadas em algumas variáveis controladas. Por isso, apesar do desenho proporcional da amostra, fatores de ponderação foram calculados pelo Ipec para corrigir a desproporção das cotas populacionais realizadas em campo. Os fatores de ponderação corrigem desproporções por Região, Sexo e Idade e por Região, Sexo e Grau de instrução.

PROCEDIMENTOS PADRÃO DE QUALIDADE DA PESQUISA

O Ipec é regido por padrões éticos da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) e European Society for Opinion and Market Research (ESOMAR).

Além disso, seus procedimentos estão em conformidade com a norma internacional de qualidade em Pesquisa de Mercado e Opinião da ISO 20.252 e a norma internacional de Gestão de Qualidade ISO 9001.

Foram adotados os seguintes procedimentos de qualidade para a realização do projeto:

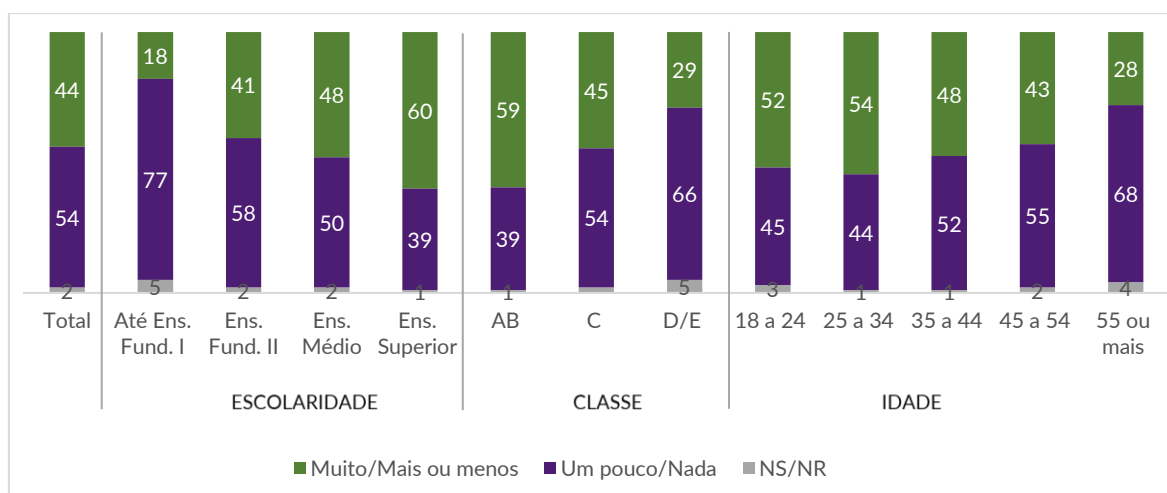
- As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores devidamente treinados e supervisionados pelo Ipec;
- Pelo menos 20% do material de cada um dos entrevistadores foi criticado e verificado;
- 100% dos questionários foram submetidos a um teste eletrônico de consistência para verificação de coerência das respostas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A percepção dos brasileiros sobre trabalho por aplicativo

Os resultados da segunda rodada da pesquisa de percepção dos brasileiros sobre trabalho por aplicativo apontam poucas mudanças em relação à primeira rodada. A pesquisa voltou a investigar o nível de conhecimento da população com 18 anos ou mais sobre trabalho por aplicativo e identificou que cerca de metade (54%) dos brasileiros declara ter pouco ou quase nenhum conhecimento sobre o assunto, proporção que é maior entre os menos escolarizados (77%), com idade acima de 55 anos (68%) e entre as classes DE (66%). Por outro lado, 44% afirmam que conhecem muito ou mais ou menos sobre o tema, sendo que apenas 10% responderam saber muito sobre trabalho por aplicativo (gráfico 01). O nível de conhecimento da população sobre trabalho por aplicativo segue estável em relação ao observado na primeira rodada (53%).

Gráfico 01: Grau de conhecimento sobre trabalho por aplicativo, por escolaridade, classe e idade (%)



A pesquisa também buscou respostas espontâneas sobre qual a primeira palavra que vem à cabeça quando pensam em trabalho por aplicativo e as principais associações referem-se a transporte (13%); agilidade ou praticidade (10%) e; dinheiro, renda extra ou salário (5%).

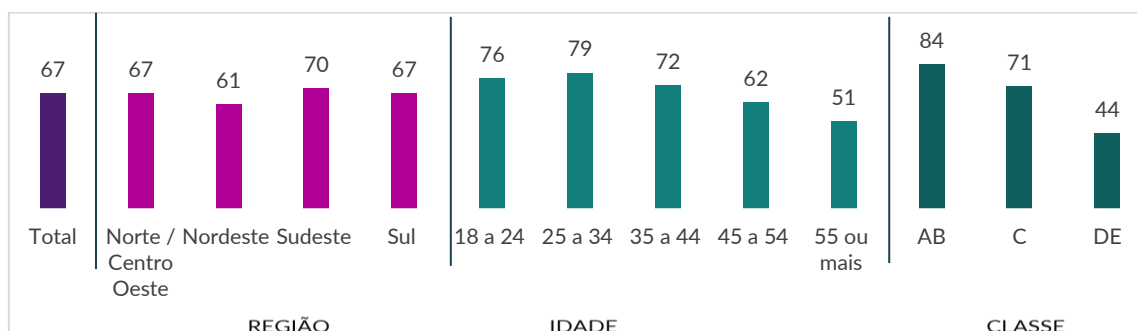
Para conhecer o grau de preocupação dos brasileiros em relação ao tema, a pesquisa apresentou primeiramente uma definição de trabalho por aplicativo¹, com resultados que mostram estabilidade entre as duas rodadas: cerca de sete em cada dez brasileiros (74% na segunda rodada) se dizem um pouco ou nada preocupados com o tema (84% entre a faixa etária de 18 a 24 anos na segunda rodada), enquanto apenas cerca de um quarto da população (24% em ambas rodadas) declaram estar muito preocupados ou preocupados com o tema.

Embora haja pouca ou nenhuma preocupação por parte dos brasileiros em relação ao trabalho por aplicativo, a maioria continua afirmando que utilizou aplicativo para contratar os serviços de entregadores de comida ou encomendas (69% na primeira onda e 67% na segunda) e de motoristas (64% na primeira onda e 61% na segunda) nos três meses anteriores à pesquisa. Os mais jovens e

¹ A definição apresentada no questionário sobre trabalho por aplicativo foi a seguinte: “o tipo de trabalho em que os trabalhadores prestam serviços, como por exemplo, de transporte ou de entregas, utilizando aplicativos. Alguns exemplos desses aplicativos são Uber, 99, Ifood, Zé Delivery, entre outros”.

das classes mais altas foram os perfis que mais utilizaram serviços de entregadores (Gráfico 02). A contratação de serviços domésticos (9% na primeira rodada e 12% na segunda) e de outros tipos de serviços, como manutenção ou aulas (15% na primeira rodada e 17% na segunda) continuaram sendo menos mencionadas.

Gráfico 02: Brasileiros que contrataram serviços de entregadores nos últimos três meses, por região, idade e classe (%)



Os trabalhos de entregadores (91%) e motoristas (82%) são os tipos de serviços mais associados diretamente com trabalho por aplicativo (sendo, também, os mais utilizados). Os outros tipos de trabalhos foram menos associados ao trabalho por aplicativos: programadores de computação (54%), profissionais da saúde (43%), professores (39%), trabalhadores domésticos (34%) e caminhoneiros (32%). Os brasileiros com Ensino Superior associam o trabalho por aplicativo em maior proporção com entregadores (97%) e motoristas (91%), assim como os das classes AB (96% mencionam entregadores e 91% motoristas) e os jovens entre 25 e 34 anos (96% associam a entregadores e 90% a motoristas). Os profissionais da saúde são mais associados ao trabalho por aplicativo entre as pessoas com 55 anos ou mais (53%) e com escolaridade até o Ensino Fundamental I (61%). Já no caso dos trabalhadores domésticos, a associação foi feita em maior frequência entre as pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental I (51%) e entre as pessoas com 55 anos ou mais (45%).

Os resultados da segunda rodada da pesquisa mostram ainda, que praticamente sete em cada dez brasileiros (68%) conhecem alguém que trabalha por aplicativo – na primeira rodada o percentual era de 63% -, sendo que 9% dizem que eles próprios trabalham por aplicativo (14% entre os do sexo masculino) e 58% conhecem alguém próximo ou da família - percentuais que seguem estáveis em relação à rodada do ano anterior. No entanto, observa-se que na segunda rodada é menor a proporção de brasileiros que conhecem alguém distante que exerce esse tipo de trabalho (68%) em comparação com a rodada anterior (73%).

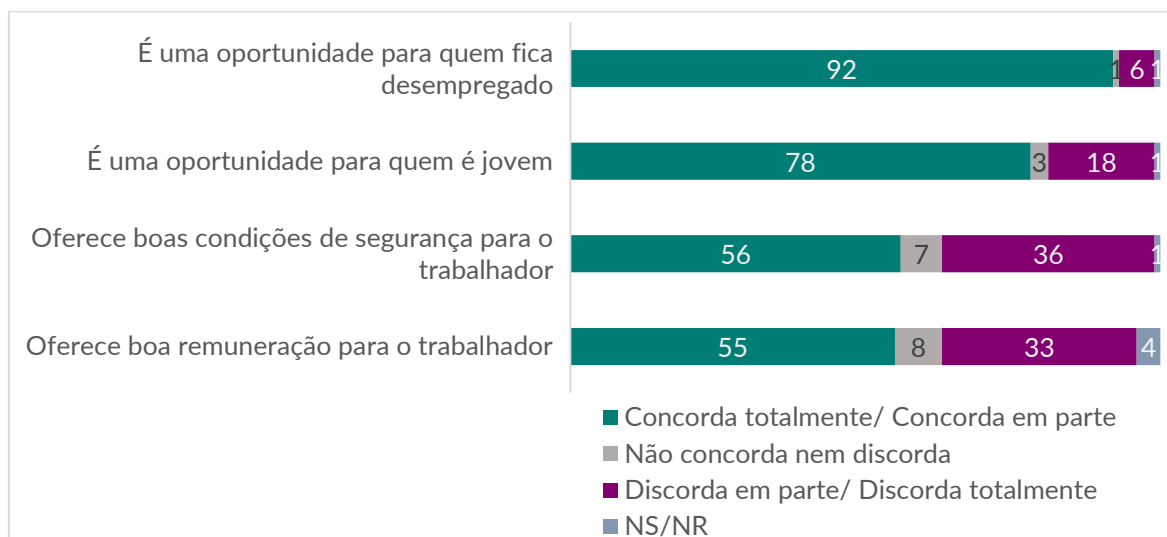
Percepção sobre a condição do trabalho por aplicativo

A pesquisa revela que a maioria da população (70%) acredita que o trabalho por aplicativo está melhorando muito ou um pouco as condições de trabalho, sendo que, entre as pessoas que se definem politicamente mais à direita, a proporção é de 75%. Porém, 11% da população em geral entende que o trabalho por aplicativo está mantendo as mesmas condições de trabalho e 13% acreditam que está piorando um pouco ou muito as condições de trabalho, chegando a 25% entre os brasileiros com escolaridade até Ensino Superior.

Ao investigar a percepção da população sobre o que o trabalho por aplicativo representa para o mercado de trabalho, os resultados revelam que a maioria dos brasileiros concorda (totalmente ou em parte) que o trabalho por aplicativo é uma oportunidade para quem fica desempregado (92%) ou é uma oportunidade para quem é jovem (78%). Mesmo em proporções menores, praticamente

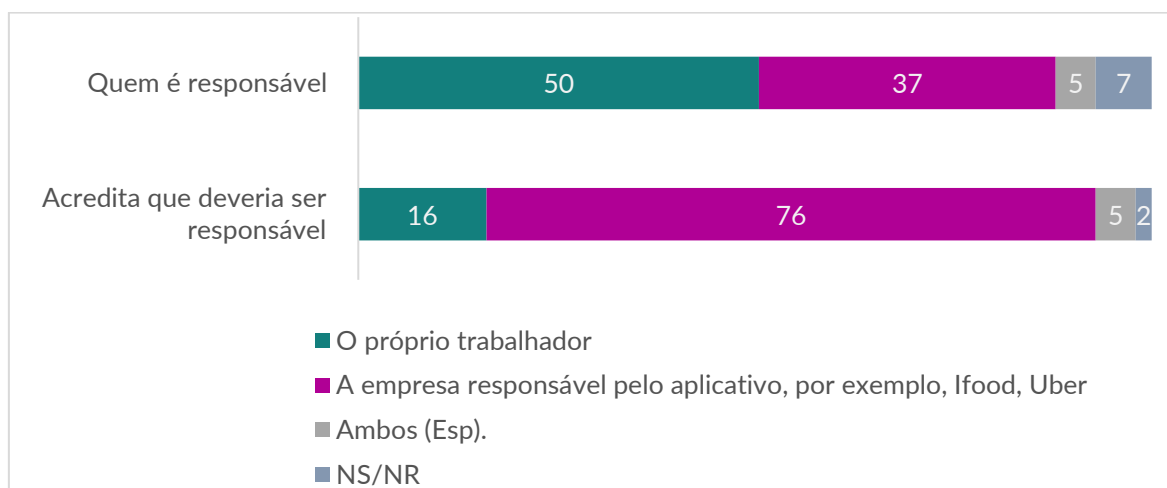
metade dos brasileiros concorda totalmente ou em parte que o trabalho por aplicativo oferece boas condições de segurança (56%) e boa remuneração para o trabalhador (55%) – Gráfico 3.

Gráfico 03: Grau de concordância dos brasileiros com afirmações sobre o trabalho por aplicativo (%)



A pesquisa também investigou a opinião dos brasileiros acerca da responsabilidade em fornecer os equipamentos necessários para os trabalhadores por aplicativos exercerem suas atividades (Gráfico 04). Metade dos brasileiros (50%) considera que o próprio trabalhador é efetivamente o responsável por fornecer os equipamentos – para os com Ensino Superior, essa proporção chega a 71%. No entanto, quando a pergunta é sobre quem acreditam que deveria ser o responsável por tais equipamentos, apenas 16% da população considera que deveria ser o próprio trabalhador por aplicativo, sendo que este percentual é maior principalmente entre as pessoas de 18 a 24 anos (23%), das classes AB (22%), com Ensino Superior (22%) e residentes da região Sul (21%). Dessa forma, a maioria da população (76%) considera que a empresa responsável pelo aplicativo deveria ser responsável por fornecer os equipamentos de trabalho para os trabalhadores por aplicativo – percepção que se destaca principalmente entre as mulheres (82%), pessoas de 45 e 54 anos (81%), que estudaram até o Ensino Fundamental II (81%), pretas (81%) e pertencentes às classes DE (81%).

Gráfico 04: Percepção dos brasileiros sobre quem é e quem deveria ser responsável por fornecer aos trabalhadores por aplicativos os equipamentos necessários para a atividade (%)

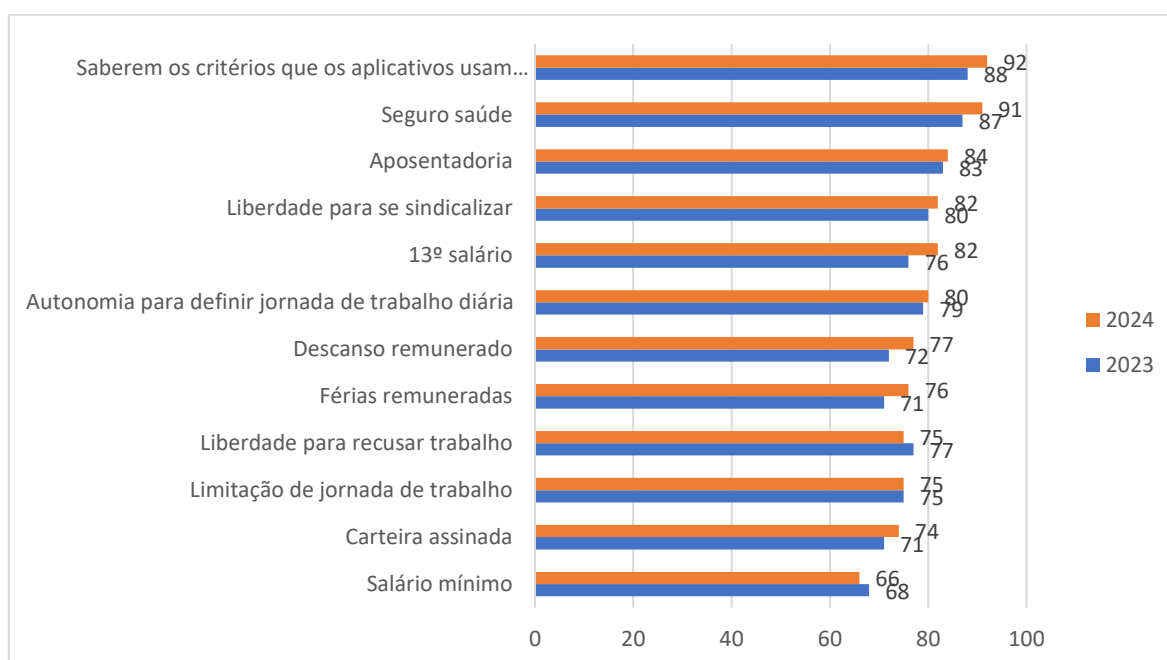


A percepção dos brasileiros sobre o papel do Governo na regulação do trabalho por aplicativo também foi investigada na pesquisa e os resultados revelam que, para 85% da população, o Governo deveria estabelecer e fiscalizar regras para o trabalho por aplicativo, sendo que 54% acreditam que o Governo deveria fazê-lo em todos os casos e 31% que deveria fazê-lo em apenas alguns casos. Esta percepção é mais frequente entre as pessoas que se definem mais à esquerda (95%) ou pretas (93%).

Sobre direitos e condições de trabalho que a plataforma ou aplicativo deveria garantir aos trabalhadores, a maioria da população brasileira entende que a plataforma ou o aplicativo deve garantir todos os direitos trabalhistas (61%) – principalmente entre os brasileiros que se definem politicamente mais à esquerda (71%) e entre as mulheres (67%). Para 16%, as plataformas devem garantir apenas a segurança dos trabalhadores, 12% consideram que apenas condições decentes de trabalho deveriam ser garantidas pelas plataformas (entre aqueles com Ensino Superior, a proporção é de 19%), e apenas 5% consideram que a plataforma ou aplicativo não possui nenhuma responsabilidade em relação aos trabalhadores.

Com relação a quais direitos os trabalhadores por aplicativo deveriam ter, houve um aumento na proporção de brasileiros que acreditam que os trabalhadores deveriam saber os critérios que os aplicativos usam para definir os serviços que cada trabalhador vai realizar, de 88% em 2023 para 92% em 2024. O mesmo aconteceu com o direito ao seguro saúde, cuja proporção em 2023 era de 87% e em 2024 foi de 91%. Já a aposentadoria continua com proporção semelhante à da rodada anterior (84%). (Gráfico 05).

Gráfico 05: Percepção dos brasileiros sobre quais direitos os trabalhadores devem ter, em 2023 e 2024 (%)



Observa-se que praticamente sete em cada dez brasileiros (74%) consideram que a carteira assinada é um direito que os trabalhadores por aplicativo deveriam ter, percentual que se destaca nas classes DE (84%), entre pessoas com escolaridade até Ensino Fundamental I (85%) e pessoas pretas (85%). Observa-se, ainda, que praticamente oito em dez brasileiros (82%) que afirmam estar muito preocupados com o trabalho por aplicativo, consideram que os trabalhadores devem ter

direito ao descanso remunerado, sendo que, entre aqueles com escolaridade até Ensino Fundamental II e moradores da região Sul, a proporção é maior (97% e 95%, respectivamente).

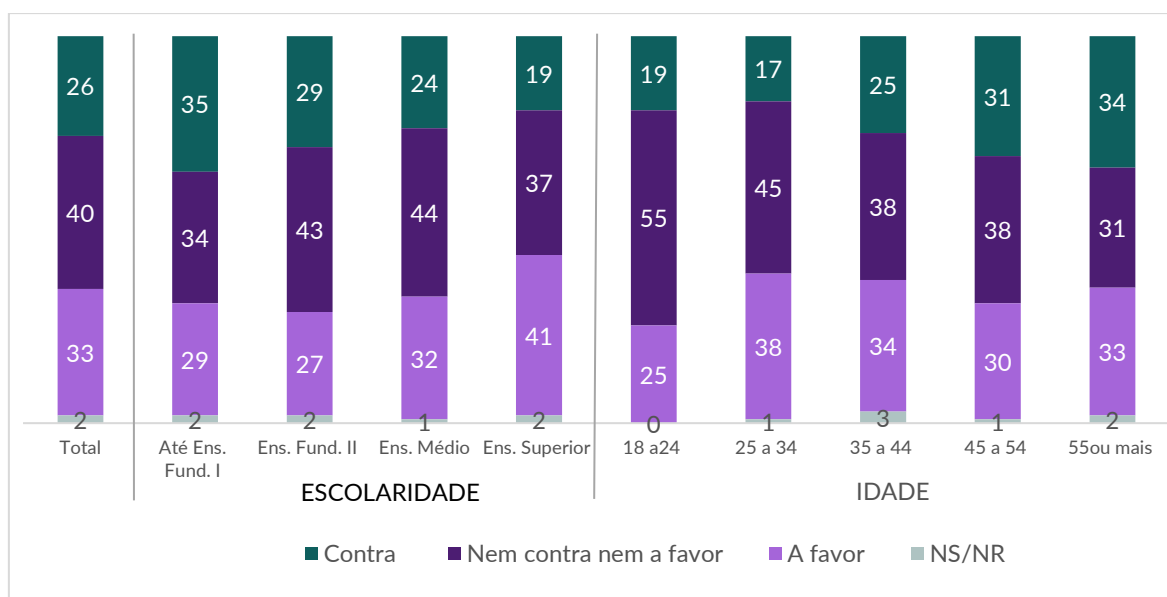
Dentre os brasileiros que consideram que os trabalhadores por aplicativo deveriam ter direito à aposentadoria, 44% apontam que o Governo deveria pagar pela aposentadoria, percepção que é majoritária entre aqueles com escolaridade até o Ensino Fundamental I (60%) e das classes DE (55%). No entanto, 41% acreditam que a empresa responsável pelo aplicativo deveria pagar pelo benefício e 10% acreditam que deveria ser responsabilidade do próprio trabalhador – chegando a 18% entre os que têm Ensino Superior e a 18% nas classes AB.

Na segunda rodada da pesquisa, àqueles que responderam que os entregadores e motoristas por aplicativo deveriam ter aposentadoria, foi inserida uma pergunta a respeito de qual deveria ser a principal referência para essa remuneração mínima. Os resultados apontam que 16% consideram que o valor deveria ser calculado por tempo de duração da corrida, mesmo percentual daqueles que consideram que o valor deveria ser calculado por quilômetro percorrido. Aproximadamente quatro em cada dez brasileiros consideram que o ideal seria ter um valor calculado tanto por quilômetro percorrido quanto por tempo de duração da corrida (38%), proporção que é ainda maior entre as classes AB (55%) e entre os brasileiros com Ensino Superior (52%). Já o salário mínimo nacional foi considerado a principal referência para a remuneração mínima para 23% da população.

Mobilização dos Trabalhadores

A opinião da população brasileira a respeito de mobilizações dos trabalhadores voltou a ser investigada pela pesquisa. Em 2024, quatro em cada dez brasileiros (40%) tiveram uma opinião neutra sobre paralisações ou greves de trabalhadores por aplicativo que podem acontecer – ou seja, não são nem contra nem a favor. Por sua vez, 33% da população se consideram a favor, chegando a 46% entre quem se define mais à esquerda no espectro político e; 26% da população é contra paralisações ou greves, sendo 32% entre as classes DE e 30% entre pessoas mais à direita. Como mostra o gráfico 06, na medida em que a escolaridade aumenta, a proporção de pessoas com opinião favorável às paralisações ou greves aumenta, assim como aumenta a proporção de quem é contrário às paralisações com o avanço das faixas etárias.

Gráfico 06: Percepção sobre as paralisações ou greves de trabalhadores por aplicativo, por escolaridade e idade (%)

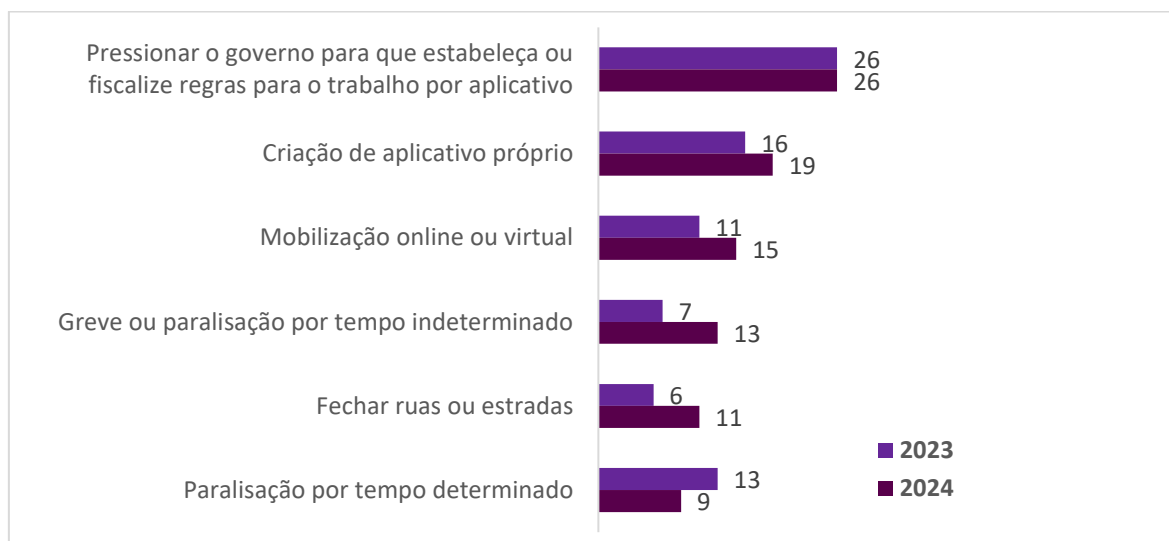


Pressionar o governo para que estabeleça ou fiscalize regras para o trabalho por aplicativo segue como a forma de mobilização que os brasileiros consideram em maior frequência como muito efetiva (28% em 2023 e 2024). Outras formas de mobilização foram consideradas muito efetivas em menores proporções, tais como: criação de aplicativo próprio (18%), mobilização online ou virtual (18%), greve ou paralisação por tempo indeterminado (17%, sendo 25% entre quem está mais à esquerda no espectro político), paralisação por tempo determinado (13%) e fechar ruas ou estradas (12%).

Ao somar as proporções de quem considera as ações investigadas como muito efetivas ou efetivas, assim como em 2023, pressionar o governo para estabelecer regras para o trabalho por aplicativo ainda é uma ação mencionada por mais da metade da população (58%). Por sua vez, a greve ou paralisação por tempo indeterminado (31%) e o fechamento de ruas ou estradas (21%) foram mais citados em 2024 do que em 2023 – 26% e 16%, respectivamente.

Os resultados da pesquisa mostram ainda que pressionar o governo para estabelecer regras para o trabalho por aplicativo também é a forma de mobilização mais mencionada como muito efetiva tanto para quem é a favor (32%), quanto para quem é contra (26%) paralisações ou greves. No caso de quem é contra, houve ainda um aumento na proporção de quem considera essa forma de mobilização efetiva em 2024 (27%) na comparação com 2023 (20%) e também nas proporções observadas para outras formas de mobilização consideradas muito efetivas (gráfico 07).

Gráfico 07: Formas de mobilização muito efetivas, entre quem é contra as paralisações ou greves, em 2023 e 2024 (%)

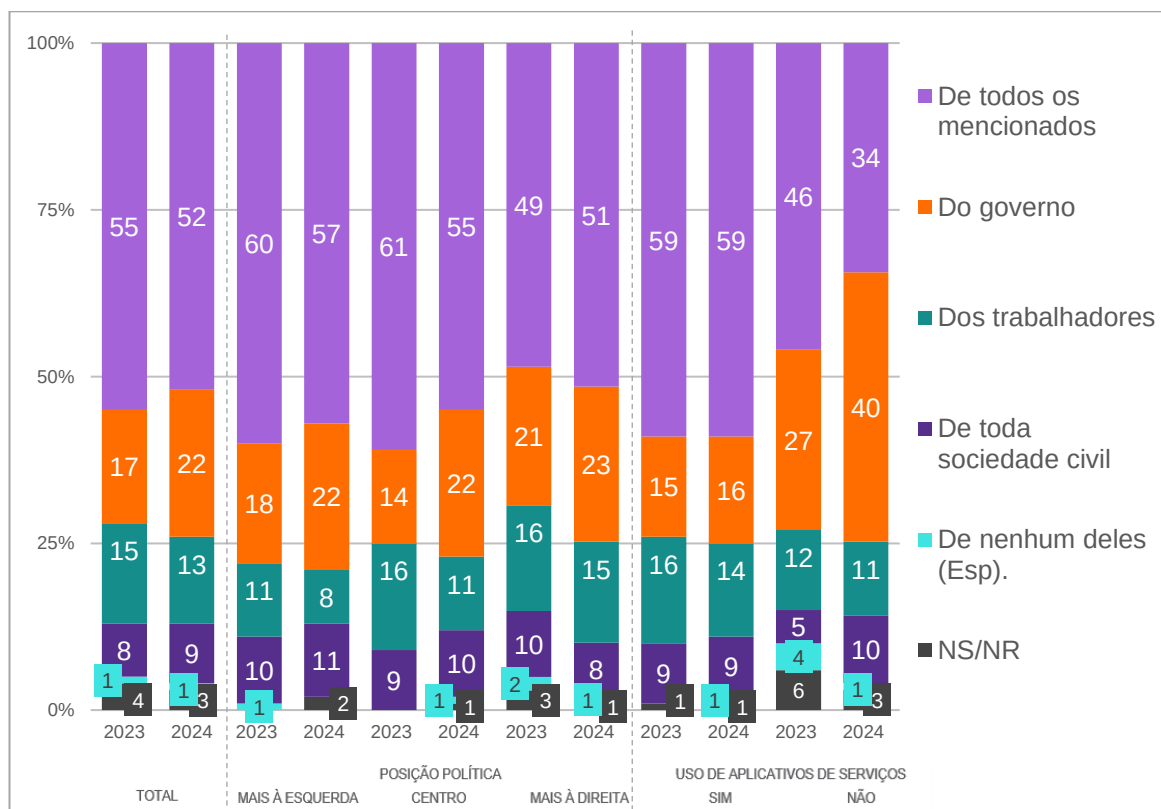


Com relação à percepção de responsabilidade em exigir melhores condições para os trabalhadores por aplicativo, a percepção dos brasileiros de que essa responsabilidade é do governo aumentou de 2023 (17%) para 2024 (22%). Já para 13%, esta é uma responsabilidade dos trabalhadores, enquanto outros 9% consideram que é de toda a sociedade civil. Entretanto, a maioria da população ainda considera que a responsabilidade é de todos os mencionados, com proporção estável entre 2023 e 2024 (55% em 2023, 52% em 2024).

Se considerarmos os resultados por região, tanto no Norte/Centro-Oeste (27%) como no Nordeste (29%) é mais comum atribuir essa responsabilidade ao governo do que no Sudeste (18%) ou no Sul (15%), da mesma forma que também é mais frequente a atribuição de responsabilidade ao governo entre quem estudou até o Ensino Fundamental I (38%) do que quem cursou até o Ensino Médio (19%) ou Ensino Superior (8%). Na comparação entre 2023 e 2024, houve um aumento também na

responsabilização do governo entre quem se considera de centro no espectro político, bem como entre quem não utiliza aplicativos de serviços (gráfico 08).

Gráfico 08: Responsável em exigir melhores condições aos trabalhadores por aplicativo, por posição política e uso de aplicativos de serviços, em 2023 e 2024 (%)



Consumidor

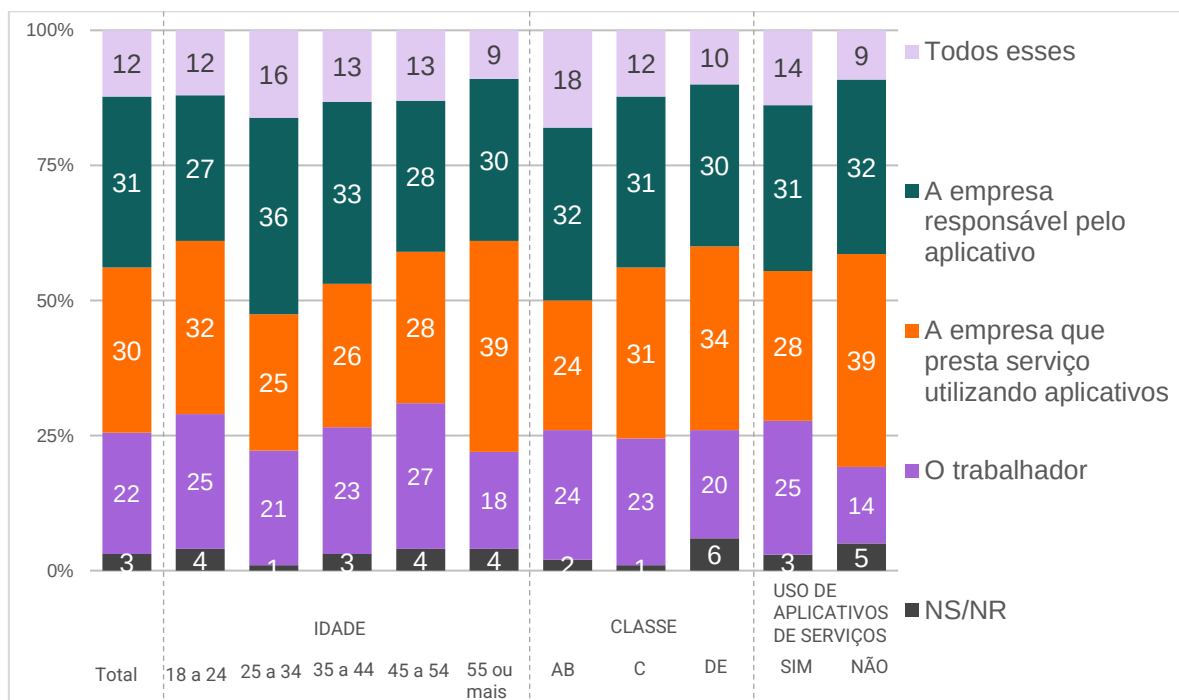
Na edição de 2024, alguns aspectos a respeito do consumo de trabalho por aplicativo voltaram a ser investigados. Aproximadamente três em cada quatro brasileiros (74%) já utilizaram aplicativos para contratar serviços de entrega, transporte, ou algum outro tipo de serviço – chegando a 92% entre as pessoas das classes AB, e 82% entre quem se considera de centro no espectro político. Um quarto dos brasileiros relatam que ainda não utilizaram aplicativos para contratar serviços (25%), situação que se destaca entre pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental I (57%), do Nordeste (34%), com 55 anos ou mais (48%) e das classes DE (48%).

A empresa responsável pelo aplicativo (31%) e a empresa que presta serviço utilizando aplicativos (30%) são as principais responsáveis pela qualidade dos serviços prestados para os brasileiros. Em comparação com 2023, houve um aumento de 7 pontos percentuais na proporção de quem considera a empresa que presta serviço utilizando aplicativos a principal responsável pela qualidade dos serviços prestados (eram 23% em 2023). Há ainda uma parcela da população que considera o trabalhador (22%) como principal responsável, e 12% acreditam que todos esses têm responsabilidade sobre a qualidade do serviço prestado.

Entre quem estudou até o Ensino Fundamental I, 41% acham que a empresa que presta serviço utilizando aplicativos é a principal responsável, enquanto 19% dos que estudaram até o Ensino Superior entendem que todos os citados têm responsabilidade. No gráfico X4, nota-se também que entre as pessoas com 55 anos ou mais e entre quem não usa aplicativos é maior a proporção dos que consideram a empresa que presta serviço utilizando aplicativos como a principal responsável

pela qualidade do serviço, enquanto quem usa aplicativos considera com maior frequência o trabalhador como responsável (gráfico 09).

Gráfico 09: Percepção sobre o principal responsável pela qualidade dos serviços prestados através dos aplicativos, por idade, classe e uso de aplicativos de serviços (%)



A pesquisa revela ainda que aumentou a proporção de brasileiros que afirmam que não consideram as condições de trabalho e remuneração do trabalhador na escolha sobre usar um aplicativo desse tipo (de 23% em 2023 para 29% em 2024), proporção que se destaca entre pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental I (39%). De todo modo, a maioria ainda afirma considerar as condições de trabalho e remuneração do trabalhador ao escolher usar ou não um aplicativo – 67%, chegando a 73% no Norte/Centro-Oeste.

Considerações finais

Trabalho por aplicativo

Cerca de metade da população brasileira tem pouco ou quase nenhum conhecimento sobre o trabalho por aplicativo, principalmente entre as classes DE e pessoas com baixa escolaridade. Consequentemente, esta falta de conhecimento gera baixo nível de preocupação dos brasileiros com o tema, especialmente entre os mais jovens.

Transporte e agilidade ou praticidade são as primeiras palavras que vêm à cabeça dos brasileiros ao pensarem em trabalho por aplicativo. Serviços de entrega de comida ou encomendas e serviços de motoristas de passageiros são os tipos de trabalho mais associados diretamente ao trabalho por aplicativo, além de serem os serviços mais utilizados pelos brasileiros.

Embora pouco ou nada preocupada com o tema, a maioria da população afirma conhecer alguém que trabalha por aplicativo, sendo que houve aumento desta proporção em comparação com edição anterior da pesquisa, realizada em 2023.

Percepção sobre a condição de trabalho por aplicativo

Com relação às condições de trabalho por aplicativo, metade dos brasileiros acredita que o próprio trabalhador por aplicativo é o responsável pelos equipamentos que utiliza para trabalhar. Por outro lado, a minoria considera que o próprio trabalhador deveria ser responsável por fornecer esses equipamentos.

Sete em cada dez brasileiros acreditam que as condições do trabalho por aplicativo estão melhorando (muito ou um pouco), percepção que é mais frequente entre aqueles que se posicionam politicamente mais à direita. Praticamente nove em dez brasileiros concordam (totalmente ou em parte) que o trabalho por aplicativo é uma oportunidade para quem fica desempregado.

Com referência aos direitos e condições de trabalho, a maioria da população entende que deveria ser responsabilidade do governo estabelecer e fiscalizar regras para o trabalho por aplicativo, e responsabilidade da plataforma ou aplicativo garantir todos os direitos trabalhistas aos trabalhadores. Essa proporção é maior entre as mulheres e entre aqueles que se posicionam politicamente mais à esquerda.

A maior parte dos brasileiros também acredita que os trabalhadores por aplicativo deveriam ter o direito de saber os critérios que os aplicativos usam para definir os serviços que cada trabalhador vai realizar, assim como deveriam ter direito a seguro saúde e aposentadoria. Entre os brasileiros que consideram a aposentadoria como direito destes trabalhadores, a maioria julga que o governo ou a empresa responsável pelo aplicativo deveriam ser os responsáveis por pagar esse benefício ao trabalhador. Os brasileiros menos escolarizados ou das classes DE atribuem, em maior proporção, tal responsabilidade ao governo.

Entre aqueles que consideram que os entregadores e motoristas por aplicativo deveriam ter aposentadoria, a maioria considera que a principal referência para essa remuneração mínima deveria ser um valor calculado tanto por quilômetro percorrido quanto por tempo de duração da corrida.

Mobilização dos Trabalhadores

A opinião de quase a metade da população brasileira segue neutra a respeito de mobilizações dos trabalhadores por aplicativo, ou seja, não são nem contra nem a favor. Apesar dessa indiferença de grande parte da população, os resultados de 2024 mostram que a opinião sobre as paralisações ou greves são mais favoráveis à medida que a escolaridade aumenta. Por sua vez, com o avanço das faixas etárias, aumenta a proporção de quem é contrário às paralisações.

Pressionar o governo para estabelecer regras para o trabalho por aplicativo segue como a forma de mobilização mais mencionada como muito efetiva. Ao somar as frequências de quem considera muito efetiva ou efetiva, mais da metade da população entende que pressionar o governo é uma forma efetiva de mobilização, enquanto a greve ou paralisação por tempo indeterminado e o fechamento de ruas ou estradas foram mais citadas em 2024 do que em 2023. Entre quem é contra paralisações ou greves, houve um aumento na percepção de efetividade de quase todas as formas de mobilização investigadas pela pesquisa na comparação de 2023 com 2024 – é o caso da criação de aplicativo próprio, mobilização online ou virtual, e até mesmo a própria greve ou paralisação por tempo indeterminado, por exemplo.

Houve ainda um aumento de 2023 para 2024 na proporção dos brasileiros que consideram ser responsabilidade do governo exigir melhores condições de trabalho por aplicativo, principalmente entre quem não usa aplicativos. Entretanto, a maioria da população ainda considera que a

responsabilidade é de todos os mencionados na pesquisa (governo, trabalhadores, toda a sociedade civil).

Consumidor

A grande maioria dos brasileiros já utilizou aplicativos para contratar serviços de entrega, transporte, ou algum outro tipo de serviço – sobretudo entre as pessoas das classes AB, e entre quem se considera de centro no espectro político. Os perfis que menos utilizaram são as pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental I, do Nordeste, com 55 anos ou mais e das classes DE.

Com relação à responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados por aplicativo, houve um aumento na proporção de quem considera a empresa que presta serviço utilizando aplicativos como a principal responsável – principalmente entre quem estudou até o Ensino Fundamental I, ficando próxima da proporção de quem considera a empresa responsável pelo aplicativo como principal responsável. A atribuição de responsabilidade aos trabalhadores e a todos os atores em conjunto (empresa responsável pelo aplicativo, empresa que presta serviço e trabalhadores) aparecem em frequências menores.

Houve um aumento na parcela da população que não considera as condições de trabalho do trabalhador por aplicativo na escolha de usar ou não um aplicativo, com destaque entre quem estudou até o Ensino Fundamental I. Entretanto, assim como em 2023, a maioria da população segue afirmando em 2024 que considera as condições de trabalho do trabalhador por aplicativo na escolha de usar ou não um aplicativo.